

Lei Federal nº 8.666/93, nova divulgação dos avisos de licitação, assegurando-se aos interessados devolução do prazo para elaboração das propostas.

O processo eletrônico ficará disponível aos interessados para vista, independentemente de requerimento, mediante cadastro no sistema.

Publique-se.

São Paulo, 8 de dezembro de 2021.

Cristiana de Castro Moraes – Presidente

Edgard Camargo Rodrigues – Relator

A C Ó R D A O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo:TC-022250.989-21-7
Representante: Bruno da Costa Rossini.
Representada: Câmara Municipal de Ribeirão Preto.
Responsável: Alessandro da Silva Firmino, Presidente.
Objeto: Impugnação em face do edital de Pregão Eletrônico nº 11/2021, que objetiva a “implantação, licença de uso e manutenção de sistema integrado de gestão”.

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. PREGÃO ELETRÔNICO. IMPLANTAÇÃO, LICENÇA DE USO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO. TREINAMENTO DE USUÁRIOS. ESTIMATIVA DO NÚMERO DE PROFISSIONAIS A SEREM CAPACITADOS. PROVA DE CONHECIMENTO. DISCRIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES COSTUMEIRAS DESENVOLVIDAS PELO ÓRGÃO LICITANTE. ESTIPULAÇÃO DE INTERESSE RAZOÁVEL. MÓDULO DE GESTÃO DE FROTAS. POSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DO ENCARGO A DESENVOLVEDOR EXTERNO. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO. AMBIGUIDADE NO TRATAMENTO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL. PREJUÍZO À IDENTIFICAÇÃO DO MEIO FÍSICO ELEITO PARA FORMALIZAÇÃO DA AVENÇA. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

O E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em Sessão realizada em 08 de dezembro de 2021, pelo voto do Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Dimas Ramalho e Sidney Estanislau Beraldo, e do Conselheiro Substituto Samy Wurman, decidiu julgar parcialmente procedente a representação formulada por Bruno da Costa Rossini face ao edital de Pregão Eletrônico nº 11/2021, determinando-se à Câmara Municipal de Ribeirão Preto que, na eventual retomada do certame, promova correções no instrumento convocatório, notadamente para (i) esmiuçar as condições de realização do treinamento de usuários, de modo a destacar o número estimado de profissionais a serem capacitados, carga horária e demais informações indispensáveis à mensuração do impacto dos serviços na composição monetária das propostas; (ii) discriminar requisitos e funcionalidades que serão submetidos à prova de conceito sob a designação de “operações costumeiras desenvolvidas por uma Câmara Municipal”, com estipulação de prazo razoável para realização de diligências necessárias à reunião das condições mínimas e essenciais à demonstração da capacidade de atendimento da demanda; (iii) retificar erro material na abordagem da possibilidade de delegação do desenvolvimento do módulo de gestão de frotas a prestador de serviços externo; (iv) revisar as disposições dos itens 9.1.2 do edital e 9.1.2 da minuta de contrato, para conferir maior clareza à perspectiva de abreviação do período de vigência contratual da segunda e terceira fases de execução do projeto, caso prorrogado o instrumento inicialmente previsto para implantação das plataformas; e (v) aprimorar a redação do item 14.1 do ato convocatório, evidenciando o meio físico de formalização da avença – se nota de empenho ou instrumento contratual –, com consequente republicação do edital e devolução do prazo para elaboração das propostas.

O processo eletrônico ficará disponível aos interessados para vista, independentemente de requerimento, mediante cadastro no sistema, nos termos da Resolução nº 01/2011.

Publique-se.

São Paulo, 08 de dezembro de 2021.

Cristiana de Castro Moraes – Presidente

Edgard Camargo Rodrigues – Relator

A C Ó R D A O

TC-015195.989-20-7 (ref. TC-009737.989-19-4)

Requerente: Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau.
Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau e O Liberal Impressora S/S Ltda, objetivando a publicação diária dos atos oficiais de vários setores da municipalidade, no valor de R\$722.000.

Responsáveis: Jorge Duran Gonçalves (Prefeito).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto em face de sentença, publicada no D.O.E. de 13-05-20, na parte que julgou irregular a execução contratual, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 160 UFERSs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advo. Marcos: Marco Antônio Ribeiro (OAB/SP nº 97.344), Danilo Vitor Segura de Oliveira (OAB/SP nº 282.064), Juliana Rodrigues Zamboni (OAB/SP nº 424.545) e Adriana da Silva Pereira (OAB/SP nº 180.899).

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. REGULARIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATO. DESAPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL. INADEQUAÇÃO ACOMPANHAMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO. PAGAMENTOS EM EXCESSO. INOBSEQUIVÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO ESTABELECIDO EM CONTRATO. FALTA DE REGISTRO DO ACEITE NAS NOTAS FISCAIS. MUITA. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PARA RESSARCIMENTO DO ERÁRIO. REVOGAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL.

Compete à Administração formalizar processo para fiscalização dos contratos, com a documentação física e financeira necessária e, para tanto, deve ser especialmente designado representante para acompanhar cada ajuste firmado.

A Egrégia Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 23 de novembro de 2021, pelo voto dos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Sidney Estanislau Beraldo, em preliminar, conheceu o Recurso Ordinário interposto pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU e, quanto ao mérito, deu-lhe provimento parcial, com o exclusivo fito de revogar a penalidade pecuniária cominada ao responsável.

O processo eletrônico ficará disponível aos interessados para vista, independentemente de requerimento, mediante cadastro no sistema.

Publique-se.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2021.

Antonio Roque Citadini – Presidente

Edgard Camargo Rodrigues – Relator

ACORDÃO DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

ACORDÃO DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

A C Ó R D A O

TC-004526.989-21-5 (ref. TC-016771.989-19-1 e TC-006795.989-16-9)

Embargante: Rubens de Medici Ito Bertolini – Ex-Prefeito do Município de Penópolis.

Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Penópolis, relativas ao exercício de 2017.

Responsáveis: Rubens de Medici Ito Bertolini e Célio José de Oliveira (Prefeitos).

Em Julgamento: Embargos de Declaração interpostos contra acórdão do E. Tribunal Pleno, publicado no D.O.E. de 11-03-21, que negou provimento a Pedido de Reexame, mantendo o parecer prévio desfavorável à aprovação das contas, emitido pela E. Segunda Câmara e publicado no D.O.E. de 05-07-19.

Advo. gados: Rubens de Medici Ito Bertolini (OAB/SP nº 141.087), Amabel Cristina Dezanetti dos Santos (OAB/SP nº 103.050) e outros.

Fiscalização atual: UR-1.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL. PENÁPOLIS. EXERCÍCIO 2017. DESPESAS DE PESSOAL ACIMA DO LIMITE LEGAL. SEM RECONDIÇÃO NO PRAZO DA LEI DÉFICIT FINANCEIRO. LIQUIDADA DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO. ELEVADO PATAMAR DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS PARA PROMOVER ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATUAL. REJEIÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 27 de outubro de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, preliminarmente o E. Plenário conheceu dos Embargos de Declaração e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os.

Presidente - Conselheira Cristiana de Castro Moraes.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando as normas regulamentares.

Publique-se.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - PRESIDENTE DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D A O

TC-005499.989-21-8 (ref. TC-006233.989-16-9)

Requerente: Ednaldo Santos Passos - Ex-Presidente da Câmara Municipal de Praia Grande.

Assunto: Contas Anuais da Câmara Municipal de Praia Grande, relativas ao exercício de 2017.

Responsável: Ednaldo Santos Passos (Presidente da Câmara).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Primeira Câmara, publicado no D.O.E. de 20-02-21, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 709/93.

Advo. gados: Fábio Cardoso Vinciguerra (OAB/SP nº 224.725) e Petryrria Coelho Silva de Menezes (OAB/SP nº 326.838).

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalização atual: UR-20.

Sustentação oral proferida em sessão de 14-04-21.

Pedido de vista do Conselheiro Renato Martins Costa.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. QUADRO DE PESSOAL. NÚMERO EXCESSIVO DE ENCARGOS COMISSIÓNIOS. GRATIFICAÇÕES. PAGAMENTO SEM CRITÉRIOS OBJETIVOS. INICIATIVAS QUE DEMONSTRAM COMPROMETIMENTO EM ATENDER AS RECOMENDAÇÕES DESTE TRIBUNAL. PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 27 de outubro de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues e Renato Martins Costa e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, o E. Plenário, quanto ao mérito, deu provimento ao Recurso Ordinário interposto, para o fim de, reformando a decisão de primeiro grau, julgar regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Praia Grande, referentes ao exercício de 2017, nos termos do artigo 33, II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, com a quitação do responsável, Sr. Ednaldo Santos Passos, em conformidade com o artigo 35 do mesmo diploma legal, mantendo, porém, as recomendações e determinações consignadas no T. Voto exarado pelo Eminent Relator originário.

Vencido o Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, conforme exposto nas correspondentes notas taquigráficas, inseridas aos autos.

Presidente - Conselheira Cristiana de Castro Moraes.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando as normas regulamentares.

Publique-se.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - PRESIDENTE DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D A O

TC-015216.989-21-0 (ref. TC-001300.989-20-9)

Autor: Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Central Brasileira.

Assunto: Prestação de contas de recursos repassados no exercício de 2016, pela Prefeitura Municipal de Cubatão à Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Central Brasileira, no valor de R\$131.994,00.

Responsáveis: Márcia Rosa de Mendonça Silva (Prefeita), Raquel Reis Gonçalves Peralta (Secretária Municipal) e Marlene da Cruz Almeida (Presidente da Beneficência).

Em Julgamento: Ação de Revisão interposta contra decisão desta E. Corte, proferida nos autos do TC-001300.989-20-9, e com trânsito em julgado em 12-02-21, que julgou irregular a prestação de contas, com fundamento no artigo 33, inciso II, alíneas "a" e "b", c.c. artigo 36, caput da Lei Complementar nº 709/93, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, do mesmo Diploma Legal, condenando a beneficiária à devolução do valor impugnado e a não receber novos repasses até a regularização das pendências, conforme artigo 103 da referida Lei, além de aplicar multa no valor de 200 UFERSs à responsável Márcia Rosa de Mendonça Silva, nos termos do artigo 104, inciso II, da mesma Lei.

Advo. gados: Ana Patricia de Souza Garcia (OAB/SP nº 352.339), Mauricio Cramer Esteves (OAB/SP nº 142.288), Nara Nidia Vignetti Yonamine (OAB/SP nº 147.880), Rogério Molina de Oliveira (OAB/SP nº 156.107), Vera Denise Santana Azanha do Nascimento (OAB/SP nº 156.964), Marcelo Leme de Magalhães (OAB/SP nº 200.867), Walla Pereira e Silva (OAB/SP nº 318.869), Gilberto do Nascimento e Silva (OAB/SP nº 341.673) e outros.

Fiscalização atual: UR-20.

EMENTA: AÇÃO DE REVISÃO DE JULGADO. TERCEIRO SETOR. CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DOCUMENTOS QUE COMPROVAM A APLICAÇÃO DOS RECURSOS POR PARTE DA CONVENIADA NA FINALIDADE ADEQUADA. LIMINAR DEFERIDA PARA SUSPENDER PENA DE PROIBIÇÃO DE RECEBIMENTO DE NOVOS RECURSOS. FALHA DO ÓRGÃO CONCESSOR, AO NÃO EMITIR PARECER CONCLUSIVO. CONHECIMENTO E PROCEDÊNCIA PARCIAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 27 de outubro de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, o E. Plenário, em preliminar, conheceu da Ação de Revisão e, quanto ao mérito, diante do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitando a nulidade arguida, julgou-a parcialmente procedente, com a finalidade de afastar a determinação de devolução do total dos repasses bem como a pena de proibição de recebimento de novas transferências financeiras por parte da beneficiária, mandando-se, contudo, a regularização da matéria, inclusive a sanção pecuniária à entidade prefa.

Presidente - Conselheira Cristiana de Castro Moraes.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando as normas regulamentares.

Publique-se.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - PRESIDENTE DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D A O

TC-021545.989-20-4 (ref. TC-004258.989-18-5)

Requerente: Orlando Padovan - Ex-Prefeito do Município de Pirapozinho.

Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Pirapozinho, relativas ao exercício de 2018.

Responsável: Orlando Padovan (Prefeito).

Em Julgamento: Pedido de Reexame interposto contra parecer prévio desfavorável à aprovação das contas, prolatado pela E. Segunda Câmara e publicado no D.O.E. de 11-08-20.

Requerente: Rogério Monteiro de Barros (OAB/SP nº 205.472) e outros.

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalização atual: UR-5.

EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. COMPROVADA APLICAÇÃO INTEGRAL DOS RECURSOS DO FUNDEB. EQUIVOCADA CONTABILIZAÇÃO DE DESPESAS COM ALÍQUOTA ALIMENTAÇÃO NO 60% FUNDEB DESTINADAS AO MAGISTÉRIO. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. INTERIORES A UM MÊS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA. COMPROVADA QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS. DEMAIS FALHAS PODEM SER OBJETO DE RECOMENDAÇÃO. PROVIMENTO. MISSÃO DE PARER FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 27 de outubro de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, preliminarmente o E. Plenário conheceu do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, deu-lhe provimento, com emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação das contas da Prefeitura de Pirapozinho relativas ao exercício de 2018, mantendo todas as demais recomendações e determinações constantes do parecer originário.

Presidente - Conselheira Cristiana de Castro Moraes.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando as normas regulamentares.

Publique-se.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - PRESIDENTE DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D A O

TC-025277.989-20-8 (ref. TC-004578.989-18-8)

Requerente: Prefeitura Municipal de Artur Nogueira.

Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, relativas ao exercício de 2018.

Responsável: Ivan Cleber Vicensotti (Prefeito).

Em Julgamento: Pedido de Reexame interposto contra parecer prévio desfavorável à aprovação das contas, prolatado pela E. Segunda Câmara e publicado no D.O.E. de 09-10-20.

Advo. gados: Maria Laurentina Soares (OAB/SP nº 72.984), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125), Leandro da Rocha Bueno (OAB/SP nº 214.932) e outros.

Procuradora de Contas: Leticia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalização atual: UR-19.

EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DESEQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. PAGAMENTO INSUFICIENTE DE PRECATÓRIOS. FALHAS NO PLANEJAMENTO. ATRASO NO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS. INADIMPLÊNCIA PERANTE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL. NÃO PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 27 de outubro de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, preliminarmente o E. Plenário conheceu do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, não obstante, retirou a determinação de abertura de autos apartados para exame das compensações previdenciárias, mantendo o Parecer Prévio desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, relativas ao exercício de 2018, incluindo o envio de ofício à Receita Federal do Brasil a fim de se apurar irregularidades nas compensações previdenciárias unilateralmente realizadas e ao Ministério Público Estadual para apurar as falhas no setor de pessoal.

Presidente - Conselheira Cristiana de Castro Moraes.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando as normas regulamentares.

Publique-se.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - PRESIDENTE DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D A O

TC-025538.989-20-3 (ref. TC-004546.989-18-7)

Requerente: Prefeitura Municipal de Monte Mor.

Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Monte Mor, relativas ao exercício de 2018.

Responsável: Thiago Giatti Assis (Prefeito).

Em Julgamento: Pedido de Reexame interposto contra parecer prévio desfavorável à aprovação das contas, emitido pela E. Segunda Câmara e publicado no D.O.E. de 09-10-20.

Advo. gados: José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Evandra Zimerer Lopes (OAB/SP nº 131.930), Victor Franchi (OAB/SP nº 297.534) e outros.

Procuradora de Contas: Elida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-3.

EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. DESEQUILÍBRIO NA GESTÃO FISCAL. NÃO QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS DENTRO DO EXERCÍCIO. RECOLHIMENTO PARCIAL DE ENCARGOS SOCIAIS. NÃO PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 20 de outubro de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, preliminarmente o E. Plenário conheceu do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, mantendo-se o Parecer Prévio desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Monte Mor, exercício de 2018.

Presidente - Conselheira Cristiana de Castro Moraes.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório, observando as normas regulamentares.

Publique-se.

São Paulo, 28 de outubro de 2021.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - PRESIDENTE DIMAS RAMALHO - RELATOR

A C Ó R D A O

TC-001033.989-21-1 (ref. TC-010521.989-19-4, TC-010659.989-19-4, TC-010708.989-19-4, TC-010711.989-19-4 e TC-018414.989-19-4)

Requerente: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.

Assunto: Contrato entre a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e Ecolac Construtora EIRELI, objetivando a reforma geral de imóvel para abrigar o futuro laboratório da CETESB na cidade de Taubaté/SP, no valor de R\$1.069.003,51.

Responsáveis: Carlos Roberto dos Santos (Diretor-Presidente), Waldir Agnello, Clayton Paganotto (Diretor), Pedro Orrico Boscov (Arquiteto), William Rosa Costa Manso e Marcus Vinícius Vilaca César (Engenheiros).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 04-12-20, que julgou irregulares a tomada de preços, o contrato e os termos aditivos, bem como conheceu do termo de recebimento definitivo e da execução contratual, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Advo. gados: Katya Pavão Barjud (OAB/SP nº 90.964) e outros.

Procurador da Fazenda: Denis Dela Vedova Gomes.

Fiscalização atual: GDE-9.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. CONTRATO. TERMO ADITIVO. FALHA NA COTAÇÃO PRELIMINAR DE PREÇOS. RECURSO NÃO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 27 de outubro de 2021, pelo voto dos Conselheiros Dimas Ramalho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, preliminarmente o E. Plenário, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, conheceu do Recurso Ordinário com relação ao TC-10521.989-19 (Tomada de Preços e Contrato), TC-10708.989-19 e TC-10711.989-19 (Termos Aditivos), e deixou de conhecer quanto aos processos de Acompanhamento da Execução contratual (TC-10659.989-19) e do Termo de Recebimento Definitivo (TC-18414.989-19), por ausência do interesse de agir.

Quanto ao mérito, o E. Plenário negou provimento ao Recurso Ordinário em exame.

Presidente - Conselheira Cristiana de Castro Moraes.